ANÁLISE DOS PROGRAMAS PARA CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS DE IDADE NO BRASIL

Pâmella Fernandes Araújo

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Goiânia.

pamellafernandesar@gmail.com

Telma Aparecida Teles Martins Silveira

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Goiânia.

telma.silveira@ifg.edu.br

INTRODUÇÃO

A educação, em especial a educação infantil, tem se constituído historicamente como campo de disputas hegemônico (Frigotto, 1999). A relação entre educação e a superação da pobreza tem sido uma constante nos documentos das agências nacionais e internacionais, com a finalidade da elevação da economia e a formação do capital humano. A lógica do capital e a ideologia neoliberal é a base angular das atividades do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), dos agentes e corporações internacionais. A lógica neoliberal do sistema capitalista, em uma de suas intermináveis crises, difunde a ideia de um Estado mínimo na garantia dos direitos sociais reduzindo os indivíduos a meros consumidores, e a criança desta forma passa a ser tratada como um potencial consumidor em ascensão.

Na contemporaneidade as concepções de criança e infância permeiam os ideais neoliberais, que compreendem a criança como indivíduo responsável pelo seu próprio futuro. Percebem a infância como uma etapa da vida que necessita de investimentos e ações com o discurso do desenvolvimento precoce para garantia de sucesso, superação da marginalidade e da pobreza de um país (Shiroma 2002; Marquez, 2016; Barbosa e Soares, 2021). Nesse contexto, são criadas políticas públicas, programas, projetos assistenciais que desvinculam a obrigação do Estado na garantia e oferta dos direitos e atribuem esse papel à outros atores sociais que são determinados por organismos internacionais como o FMI e o BM e outros organismos multilaterais, que estabelecem regras pautadas na lógica mercadológica de investimento financeiro mínimo para um maior quantitativo de pessoas, para que no futuro esse investimento vire lucro (Marquez, 2016). Na visão economicista o investimento na primeira infância¹ reduz déficits e fortalece a economia, e quanto mais cedo se investe na infância, menor é o custo e maior o retorno. De acordo com os estudos de Marquez (2016) é neste contexto, que no Brasil são criados os programas de atenção a primeira infância. Desse prisma, a presente

¹ Expressão utilizada pelos organismos internacionais ao se referir à infância em seus primeiros anos. Essa visão está embasada em uma lógica economicista. “O Marco Conceitual pontua que o “Desenvolvimento da Primeira Infância” é um processo multidimensional em que o progresso ou o atraso em um domínio pode interferir nos outros, seja como catalizador para o progresso ou atraso” (Marquez, 2016, p.162).

pesquisa busca desvelar nos programas sociais para a primeira infância no Brasil – Criança Feliz, Auxílio Criança Cidadã e Brasil Carinhoso – as concepções de educação infantil, de criança e de infância bem como analisar como essas concepções impactam na vida das crianças.

Optamos como método a dialética de orientação marxista que visa desvendar as múltiplas determinações do objeto, que de modo algum são aparentes. Utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa documental.

ANÁLISES E CONCLUSÕES

As concepções sobre a criança e a infância são definidas pelas diferentes sociedades, algumas características não mudam de uma época ou de um lugar para o outro (Stearns, 2006). Na sociedade brasileira essas concepções estão vinculadas aos processos históricos, políticos e sociais. Destacamos que é importante reconhecer a década de 1980 no Brasil como marco histórico oriundo das mobilizações populares em prol da democracia e da garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros e neste reconhecendo a criança como parte pertencente à sociedade e a infância como parte importante no processo de formação humana (Barbosa, Alves, Martins 2008). A década de 1990 é marcada por conceitos relacionados à produtividade, qualidade, competitividade e eficácia neoliberal, sendo travestidos de um viés “humanitário” e a educação um instrumento no combate à pobreza, obscurecendo a realidade de um capitalismo que visa somente o lucro.

Pelos princípios neoliberais para a eficiência da formação do capital humano, tem se dado ênfase na infância, na educação das crianças pequenas. Uma educação centrada como fator de progresso nacional, educação concebida como produtora de capital humano. As proposições internacionais para educação brasileira deixavam em evidência seu apoio ao incentivo à produtividade e a competitividade (Shiroma, 2002). O investimento na infância, na educação infantil foi e ainda continua sendo compreendido como solução para superar os problemas da pobreza.

Neste sentido, a Primeira Infância vem ganhando destaque na esfera pública brasileira com uma agenda pública em que deu e está dando ênfase à temática, principalmente a partir da promulgação do Marco Legal da Primeira Infância, assim como para o programa implementado após o Programa Criança Feliz - PCF.

Os programas de intervenção precoce conforme supracitado anteriormente são planejados com o intuito de redimir a pobreza, entretanto endossam a exploração de mulheres, profissionais da educação infantil com serviços de baixa remuneração. Esses programas não compreendem a pobreza como algo estrutural, entretanto, são vistos como preventivos, produtores de indivíduos produtivos isso sendo pensado a longo prazo adultos produtivos

consequentemente economia mais elevada. Penn (2002) indica que as proposições políticas neoliberais do BM para os programas de intervenção precoce servem para a reprodução e manutenção das disparidades entre as classes sociais.

É delegado o papel de “instruir” a família nos cuidados com a educação e saúde de seus filhos, orientações que corroboram na responsabilização da família por sua condição social. Este modelo de programa viola um dos princípios da Constituição Federal de 1988 no qual aponta em seu “Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 2008), entretanto, essa “proteção” se transfigura em “autoproteção” das vulnerabilidades sociais.

Ao analisarmos os documentos que instituem os programas sociais, identificou-se que estes contribuem para a desresponsabilização estatal diante da hegemonia do atendimento as famílias por meio da ação dos organismos multilaterais e da sociedade civil, principalmente pela constante responsabilização dos sujeitos no cuidado, na proteção e educação de seus filhos. O Estado deixa de ser o principal responsável pela proteção social e o princípio da autossustentação recai sobre as famílias, as tornando desprotegidas, o que podemos reafirmar questões colocadas desde a década de 1970 por Rosemberg (1993).

Ao contrário destes programas que culpabilizam as famílias por sua condição social, que atribuem a responsabilidade da educação das crianças. Lutamos pela defesa dos direitos conquistados na legislação brasileira na qual garantem o acesso à educação, saúde, proteção e assistência social, às crianças.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivone Garcia; ALVES, Nancy Nonato de Limonta.; MARTINS, Telma Aparecida Teles Silveira. **Infância e cidadania: ambiguidades e contradições na educação infantil**. 31 R.A da Anped. 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT07-5024--Int.pdf>. Acesso em 13 de set.2023

BARBOSA, Ivone Garcia. SOARES, Marcos Antônio. **educação infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no brasil: existirá um “novo normal”?** Dossiê: Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 35-57, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/79044>. Acesso em 03 de nov. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Primeira Infância: avanços do Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília: Centro de Estudos e Debates Estratégicos, 2016. 532 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, 2008. 407 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MARQUEZ, Christine Garrido. **As políticas multissetoriais e integradas do Banco Mundial no Brasil: a infância como capital humano do futuro**. 2016. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/bb70a569-0460-4881-9549-983d226cb688/content>. Acesso em: 06 de out. de 2023.

PENN, Helen. **Primeira infância: a visão do Banco Mundial**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, p. 7-24, mar. 2002.

SHIROMA, Eneida Otto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STEARNS, Peter N. **A infância**. São Paulo: Contexto, 2006.